

CÂMARA DOS DEPUTADOS

53ª LEGISLATURA

(2007 A 2011)



Sessão Legislativa 2008

(7/2/08 a 22/12/2008)

Mesa Diretora

Presidente: Arlindo Chinaglia

1º Vice-Presidente: Nécio Rodrigues

2º Vice-Presidente: Inocêncio Oliveira

1º Secretário: Osmar Serraglio

2º Secretário: Ciro Nogueira

3º Secretário: Waldemir Moka

4º Secretário: José Carlos Machado

Suplentes de Secretário

1º Suplente: Manato

2º Suplente: Arnon Bezerra

3º Suplente: Alexandre Silveira

4º Suplente: Deley

I – ESTATÍSTICA DOS TRABALHOS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
Sessão legislativa 2008

1. Número de Sessões realizadas	330	
. Sessões ordinárias deliberativas	60	
. Sessões ordinárias não deliberativas (debates e trabalho de comissões)	103	
. Sessões extraordinárias deliberativas	102	
. Sessões Solenes	60	
. Comissões Gerais	5	
2. Números de proposições aprovadas e/ou rejeitadas pelo Plenário	210	
	MATÉRIAS APROVADAS	MATÉRIAS REJEITADAS
- Proposta de Emenda à Constituição	3	-
- Proposta de Emenda à Constituição 1º turno	1	
- Medida Provisória	51	1
- Projetos de Lei Complementar	8	-
- Projetos de Lei	53	-
- Mensagem	1	-
- Projetos de Decreto Legislativo	84	-
- Projetos de Resolução	8	-
TOTAL	209	1
3. Outras matérias aprovadas e/ou rejeitadas pelo Plenário (*)	445	
TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS PELO PLENÁRIO	655	
4. Número de matérias (PL,PDC) aprovadas conclusivamente (art.24, II), pelas Comissões	697	

* Concessão de efeito suspensivo ao Recurso em Questão de Ordem, Destaque, Emenda, Mensagem de Retirada de Proposição, Parecer, Recursos, Redação do Vencido em 1º Turno de PEC, Redação Final, Requerimento de Adiamento de Discussão ou de Votação, Requerimento de Destaque, Requerimento de Encerramento de Discussão, Requerimento de Inversão de Pauta, Requerimento de Preferência, Requerimento de Prorrogação da Sessão, Requerimento de Retirada de Emenda, Requerimento de Retirada de Pauta, Requerimento de Urgência, Requerimento de Votação artigo por artigo, ou de emenda uma a uma, Requerimento de Votação em Globo, Requerimento para Inclusão de Matéria em Pauta, Requerimento para Dispensa de Interstício, Requerimento para Representação da Câmara por Comissão Externa, Subemenda, moção.

TRABALHOS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS 2008

5. Número de reuniões realizadas pelas Comissões Permanentes	1069
6. Número de reuniões realizadas pelas Comissões Temporárias	285
7. Número de Comissões Temporárias	37
. Especiais em funcionamento	31
. Especiais, com trabalhos encerrados	1
. CPI em funcionamento	1
. CPI, com trabalhos encerrados	2
. Externas em funcionamento	2
. Externas, com trabalhos encerrados	-

MATÉRIAS APRECIADAS
Sessão legislativa 2008

PROPOSTAS DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO				
Proposição	Autor	Ementa/Assunto	Apreciação na Câmara	Situação
PEC 333/04	Pompeo de Mattos e outros	Modifica a redação do art. 29A e acrescenta art. 29B à Constituição Federal para dispor sobre o limite de despesas e a composição das Câmaras de Vereadores e dá outras providências	1º turno – 27.5.08 2º turno – 28.5.08	A matéria foi enviada ao Senado Federal
PEC 138/03	Sandes Júnior	Dispõe sobre a proteção dos direitos econômicos, sociais e culturais da juventude.	1º turno – 13.8.08 2º turno – 12.11.08	A matéria foi enviada ao Senado Federal
PEC 495/06	Senado Federal	Acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, sobre a formação de novos municípios até o ano de 2000	1º turno - 3.12.08 2º turno – 3.12.08	Emenda Constitucional 57/08
PEC 511/06	Senado Federal	Altera o art. 62 da Constituição Federal para disciplinar a edição de medidas provisórias.	1º turno – 17.12.08	Comissão Especial – elaborar a redação p/ o 2º turno
MEDIDAS PROVISÓRIAS				
Proposição	Autor	Ementa/Assunto	Apreciação na Câmara	Situação
MPV 395/07	Poder Executivo	Abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$ 3.256.764.118,00, para os fins que especifica	11.2.08	Perdeu a eficácia
MPV 396/07 PLV 1/08	Poder Executivo	Dá nova redação aos arts. 1º e 2º da Lei nº 10.841, de 18 de fevereiro de 2004, que autoriza a União a permutar Certificados Financeiros do Tesouro.	12.2.08	Lei 11.651/08
MPV 397/07	Poder Executivo	Revoga a Medida Provisória nº 385, de 22 de agosto de 2007, que acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Lei nº 11.368, de 9 de novembro de 2006, para estender ao trabalhador rural enquadrado como contribuinte individual o prazo previsto no art. 143 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991".	13.2.08	Rejeitada no Senado Federal
MPV 398/07 PLV 2/08	Poder Executivo	Institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta, autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação – EBC, e dá outras providências	26.2.08	Lei 11.652/08

MPV 399/07 PLV 3/08	Poder Executivo	Abre crédito extraordinário, em favor da Presidência da República e dos Ministérios das Relações Exteriores, dos Transportes, do Meio Ambiente e da Integração Nacional, no valor global de R\$ 456.625.000,00, para os fins que especifica.	27.2.08	Perdeu a eficácia
MPV 400/07	Poder Executivo	Abre crédito extraordinário, em favor da Presidência República e do Ministério da Saúde, no valor global de R\$ 50.000.000,00, para os fins que especifica.	27.2.08	Rejeitada no Senado Federal
MPV 401/07 PLV 4/08	Poder Executivo	Altera as Leis nºs 11.134, de 15 de julho de 2005, e 11.361, de 19 de outubro de 2006, dispõe sobre a remuneração devida aos militares da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal e sobre os subsídios das carreiras de Delegado de Polícia do Distrito Federal e de Polícia Civil do Distrito Federal.	4.3.08	Lei 11.663/08
MPV 402/07	Poder Executivo	Abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$ 1.646.339.765,00, para os fins que especifica	5.3.08	Lei 11.656/08
MPV 403/07 PLV 5/08	Poder Executivo	Dispõe sobre o exercício da atividade de franquia postal e dá outras providências	5.3.08	Lei 11.668/08
MPV 404/07 PLV 6/08	Poder Executivo	Altera o art. 41-A da Lei no 8.213, de 24 de julho de 1991, modificando a data de pagamento dos benefícios da previdência social.	11.3.08	Lei 11.665/08
MPV 385/07 PLV 7/08	Poder Executivo	Acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Lei nº 11.368, de 9 de novembro de 2006, para estender ao trabalhador rural enquadrado como contribuinte individual o prazo previsto no art. 143 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.	25.3.08	Rejeitada pelo Senado Federal
MPV 405/07	Poder Executivo	Abre crédito extraordinário, em favor da Justiça Eleitoral e de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$ 5.455.677.660,00, para os fins que especifica	26.3.08	Lei 11.658/08
MPV 406/07	Poder Executivo	Abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$ 1.250.733.499,00, para os fins que especifica	1.4.08	Lei 11.659/08
MPV 408/07	Poder Executivo	Abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$ 3.015.446.182,00, para os fins que especifica	2.4.08	Lei 11.669/08

MPV 407/07	Poder Executivo	Autoriza, em caráter excepcional, a prorrogação de contratos temporários no âmbito de projetos de cooperação com prazo determinado, implementados mediante acordos com organismos internacionais, altera as Leis nºs 10.480, de 2 de julho de 2002, prorrogando o prazo de recebimento de gratificações pelos servidores ou empregados requisitados pela Advocacia-Geral da União, 11.171, de 2 de setembro de 2005, e 11.233, de 22 de dezembro de 2005, prorrogando o prazo de manutenção de Funções Comissionadas Técnicas no DNIT e no Ministério da Cultura, respectivamente, e 11.539, de 8 de novembro de 2007, no tocante à Carreira de Analista de Infra-Estrutura	2.4.08	Lei 11.661/08
MPV 409/07	Poder Executivo	Abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$ 750.465.000,00, para os fins que especifica	8.4.08	Lei 11.670/08
MPV 410/07 PLV 8/08	Poder Executivo	Acrescenta artigo à Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, criando o contrato de trabalhador rural por pequeno prazo, estabelece normas transitórias sobre a aposentadoria do trabalhador rural e prorroga o prazo de contratação de financiamentos rurais de que trata o § 6º do art. 1º da Lei nº 11.524, de 24 de setembro de 2007	9.4.08	Lei 11.718/08
		Emendas do Senado Federal	28.5.08	
MPV 411/07 PLV 9/08	Poder Executivo	Dispõe sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem, instituído pela Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005, altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e dá outras providências". Explicação: Destina o novo ProJovem aos jovens entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos, que será dividido em quatro modalidades: ProJovem Adolescente - Serviço Socioeducativo; ProJovem Urbano; ProJovem Campo – Saberes da Terra e Projovem Trabalhador; autoriza a concessão de auxílio financeiro aos beneficiários no valor de R\$ 100,00 (cem reais). Revoga a Lei nº 10.748, de 2003, e dispositivos das Leis nºs 9.608, de 1998; 10.748, de 2003 e 10.940, de 2004.	15.4.08	Lei 11.692/08

MPV 412/07 PLV 10/08	Poder Executivo	Dispõe sobre a prorrogação do Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária - REPORTO, instituído pela Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004 ". Explicação: Prorroga o REPORTO até 31 de dezembro de 2010.	16.4.08	Lei 11.726/08
MPV 416/08 PLV 11/08	Poder Executivo	Altera a Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007, que institui o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI, e dá outras providências (Reduz o limite de idade do jovem atendido pelo Pronasci para 24 (vinte e quatro anos). Institui os Projetos: Reservista-Cidadão, Proteção de Jovens e Adolescentes em Território Vulnerável (PROTEJO), Mulheres da Paz e Comunicação Cidadã Preventiva, Bolsa-Formação, concedendo auxílio financeiro aos participantes). (PAC da Segurança)	16.4.08	Lei 11.707/08
MPV 417/08 PLV 12/08	Poder Executivo	Altera e acresce dispositivos à Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas - Sinarm e define crimes" Explicação: Prorroga até 31 de dezembro de 2008 o prazo para renovação de registro de propriedade de arma de fogo.	22.4.08	Lei 11.706/08
MPV 414/08	Poder Executivo	Constitui fonte de recursos adicional para ampliação de limites operacionais do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES	22.4.08	Lei 11.688/08
MPV 415/08 PLV 13/08	Poder Executivo	Proíbe a comercialização de bebidas alcoólicas em rodovias federais e acresce dispositivo à Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro. Emendas do Senado Federal	23.4.08 27.5.08	Lei 11.705/08
MPV 413/08 PLV 14/08	Poder Executivo	Dispõe sobre medidas tributárias destinadas a estimular os investimentos e a modernização do setor de turismo, a reforçar o sistema de proteção tarifária brasileiro, a estabelecer a incidência de forma concentrada da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS na produção e comercialização de álcool, altera o art. 3º da Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, e dá outras providências.	29.4.08	Lei 11.727/08

MPV 418/08 PLV 15/08	Poder Executivo	Altera as Leis nºs 11.508, de 20 de julho de 2007, que dispõe sobre o regime tributário, cambial e administrativo das Zonas de Processamento de Exportação, e 8.256, de 25 de novembro de 1991, que cria áreas de livre comércio nos municípios de Pacaraima e Bonfim, no Estado de Roraima, e dá outras providências.	6.5.08	Lei 11.732/08
MPV 419/08	Poder Executivo	Altera as Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003, e 10.678, de 23 de maio de 2003, transformando o cargo de Secretário Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial em Ministro de Estado Chefe da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial	6.5.08	Lei 11.693/08
MPV 420/08	Poder Executivo	Abre crédito extraordinário, em favor de Encargos Financeiros da União, no valor de R\$ 12.500.000.000,00, para o fim que especifica	7.5.08	Lei 11.708/08
MPV 421/08	Poder Executivo	Dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de março de 2008.	7.5.08	Lei 11.709/08
MPV 423/08	Poder Executivo	Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios dos Transportes e da Integração Nacional, no valor global de R\$ 613.752.057,00, para os fins que especifica	7.5.08	Lei 11.710/08
MPV 422/08 PLV 16/08	Poder Executivo	Dá nova redação ao inciso II do § 2º-B do art. 17 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição, e institui normas para licitações e contratos da administração pública.	13.5.08	Lei 11.763/08
MPV 424/08	Poder Executivo	Abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$ 1.816.577.877,00, para os fins que especifica.	3.6.08	Lei 11.735/08
MPV 425/08	Poder Executivo	Altera os arts. 18 e 19 da Medida Provisória nº 413, de 3 de janeiro de 2008, para postergar a aplicação das disposições relativas à incidência da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS sobre as receitas auferidas na venda de álcool.	17.6.08	Rejeitada no Senado Federal
MPV 426/08 PLV 17/08	Poder Executivo	Altera o Anexo I da Lei nº 11.134, de 15 de julho de 2005, para aumentar o valor da Vantagem Pecuniária Especial - VPE, devida aos militares da Polícia Militar do Distrito Federal e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal.	24.6.08	Lei 11.757/08

MPV 427/08 PLV 18/08	Poder Executivo	Acrescenta e altera dispositivos na Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, reestrutura a VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A., encerra o processo de liquidação e extingue a Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes - GEIPOT, altera as Leis nºs 9.060, de 14 de junho de 1995, e 11.297, de 9 de maio de 2006, e dá outras providências". (Inclui novas ferrovias no PNV: EF-246, EF-267, EF-280, EF-451, EF-484; amplia o traçado e a concessão das seguintes: EF-151, EF-232, EF-271, EF-381 (trem de alta velocidade), EF-334, EF-364, EF-485, EF-107, EF-246, EF-267 e EF-334. Revoga a Lei nº 6.346, de 6 de julho de 1976)	1.7.08	Lei 11.772/08
MPV 428/08 PLV 19/08	Poder Executivo	Altera a legislação tributária federal e dá outras providências". (Altera as Leis nºs 10.865, de 2004; 11.196, de 2005; 11.033, de 2004; 11.484, de 2007; 8.850, de 1994; 8.383, 1991; 9.481, de 1997; 11.051, de 2004; reduz o prazo para aproveitamento dos créditos, relativos a bens de capital, da PIS-PASEP e da COFINS; inclui como beneficiário do REPORTE o concessionário de transporte ferroviário; altera prazos para apuração do IPI; estabelece incentivos fiscais para as empresas dos setores de tecnologia de informação e tecnologia da informação e da comunicação, incluindo as de call-center. Revoga dispositivos das Leis nºs 9.493, de 1997 e 11.196, de 2005).	2.7.08	Lei 11.774/08
MPV429/08 PLV 20/08	Poder Executivo	Autoriza a União a participar em Fundo de Garantia para a Construção Naval - FGCN, para a formação de seu patrimônio, e dá outras providências.	8.7.08	Lei 11.786/08
MPV 430/08	Poder Executivo	Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, no valor de R\$ 7.560.000.000,00, e dá outras providências". Explicação: Crédito extraordinário destinado à reestruturação das tabelas remuneratórias de pessoal civil do Poder Executivo, das carreiras de Auditoria, da Área Jurídica do Banco Central do Brasil, do Ciclo de Gestão, do Seguro Social, da Seguridade Social e do Trabalho, de Perícia Médica, do Plano de Carreiras e dos Cargos da Fiocruz, de Ciência e Tecnologia, do Plano Fazendário de Cargos, da Carreira Previdenciária, do Plano de Classificação de Cargos, entre outras.	9.7.08	A matéria foi rejeitada. Vai ao arquivo.

<p>MPV 431/08 PLV 21/08</p>	<p>Poder Executivo</p>	<p>Dispõe sobre a reestruturação do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE, de que trata a Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006; do Plano Especial de Cargos da Cultura, de que trata a Lei nº 11.233, de 22 de dezembro de 2005, do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, de que trata a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, da Carreira de Magistério Superior, do Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Federal, de que trata a Lei nº 10.682, de 28 de maio de 2003, do Plano de Carreira dos Cargos de Reforma e Desenvolvimento Agrário, de que trata a Lei nº 11.090, de 7 de janeiro de 2005, da Carreira de Perito Federal Agrário, de que trata a Lei nº 10.550, de 13 de novembro de 2002, da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, de que trata a Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, da Carreira de Fiscal Federal Agropecuário, de que trata a Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001 e a Lei nº 10.883, de 16 de junho 2004, dos Cargos de Agente de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal, Agente de Atividades Agropecuárias, Técnico de Laboratório e Auxiliar de Laboratório do Quadro de Pessoal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, de que tratam respectivamente as Leis nºs 11.090, de 2005 e 11.344, de 8 de setembro de 2006, dos Empregos Públicos de Agentes de Combate às Endemias, de que trata a Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, da Carreira de Policial Rodoviário Federal, de que trata a Lei nº 9.654, de 2 de junho de 1998, do Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, de que trata a Lei nº 11.095, de 13 de janeiro de 2005, da Gratificação de Desempenho de Atividade de Execução e Apoio Técnico à Auditoria no Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde - GDASUS, do Plano de Carreiras e Cargos do Hospital das Forças Armadas - PCCHFA, do Plano de Carreira e Cargos do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, e do Plano de Carreira do Ensino Básico Federal, fixa o escalonamento vertical e os valores dos soldos dos militares das Forças Armadas, altera a Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, e a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, institui sistemática para avaliação de desempenho dos servidores da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências.</p>	<p>5.8.08</p>	<p>Lei 11.784/08</p>
---	----------------------------	---	---------------	----------------------

MPV 432/08 PLV 22/08	Poder Executivo	Institui medidas de estímulo à liquidação ou regularização de dívidas originárias de operações de crédito rural e de crédito fundiário, e dá outras providências". Explicação: Altera as Leis nºs 7.827, de 1989; 8.171, de 1991; 8.427, de 1992; 10.177 e 10.186, de 2001; 10.420, de 2002; 11.322, de 2006; 11.524, de 2007; revoga dispositivo da Medida Provisória nº 410, de 2007.	6.8.08	Lei 11.775/08
MPV 433/08 PLV 23/08	Poder Executivo	Reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS incidentes na importação e na comercialização do mercado interno de farinha de trigo, trigo e pão comum e isenta do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM as cargas de trigo e de farinha de trigo, até 31 de dezembro de 2008. Emendas do Senado Federal	6.8.08 3.9.08	Lei 11.787/08
MPV 434/08 PLV 24/08	Poder Executivo	Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos da Agência Brasileira de Inteligência - ABIN, cria as Carreiras de Oficial de Inteligência, Oficial Técnico de Inteligência, Agente de Inteligência e Agente Técnico de Inteligência, e dá outras providências". Explicação: Cria a GDAIN - Gratificação de Desempenho de Atividades de Informações e Inteligência e GDACABIN - Gratificação de Desempenho de Atividades Complementares na ABIN. Revoga as Leis nºs 10.862, de 2004 e 11.362, de 2006; e dispositivos das Leis nºs 9.651, de 1998; 11.233, de 2005 e 11.292, de 2006.	12.8.08	Lei 11.776/08
MPV 435/08	Poder Executivo	Altera a Lei nº 10.179, de 6 de fevereiro de 2001, dispõe sobre a utilização do superávit financeiro em 31 de dezembro de 2007, e dá outras providências". Explicação: Dispõe sobre a carteira de títulos mantida pelo Banco Central do Brasil para fins de condução da política monetária, sobre o resultado financeiro das operações com reservas e derivativos cambiais, sobre as sistemáticas de pagamento e de compensação de valores envolvendo a moeda brasileira em transações externas.	8.10.08	Lei 11.803/08

MPV 436/08 PLV 25/08	Poder Executivo	Altera as Leis nºs 10.833, de 29 de dezembro de 2003, e 11.727, de 23 de junho de 2008, relativamente à incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, incidentes no mercado interno e na importação, sobre produtos dos Capítulos 21 e 22 da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI, aprovada pelo Decreto nº 6.006, de 28 de dezembro de 2006.	15.10.08	Lei 11.827/08
MPV 438/08 PLV 26/08	Poder Executivo	Dispõe sobre medidas tributárias aplicáveis às doações em espécie recebidas por instituições financeiras públicas controladas pela União e destinadas a ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento e de promoção da conservação e do uso sustentável das florestas brasileiras.	15.10.08	Lei 11.828/08
MPV 439/08	Poder Executivo	Constitui fonte de recursos adicional para ampliação de limites operacionais do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. (Revoga MP 437/08 – Min. Pesca)	15.10.08	Lei 11.805/08

MPV 440/08 PLV 27/08	Poder Executivo	Dispõe sobre a reestruturação da composição remuneratória das Carreiras de Auditoria da Receita Federal do Brasil e Auditoria-Fiscal do Trabalho, de que trata a Lei nº 10.910, de 15 de julho de 2004; das Carreiras da Área Jurídica, de que trata a Lei nº 11.358, de 19 de outubro de 2006; das Carreiras de Gestão Governamental, de que trata a Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001; das Carreiras do Banco Central do Brasil - BACEN, de que trata a Lei nº 9.650, de 27 de maio de 1998; e da Carreira de Diplomata, de que trata a Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006; cria o Plano de Carreiras e Cargos da SUSEP, o Plano de Carreiras e Cargos da CVM e o Plano de Carreiras e Cargos do IPEA; dispõe sobre a remuneração dos titulares dos cargos de Técnico de Planejamento P-1501 do Grupo P-1500, de que trata a Lei nº 9.625, de 7 de abril de 1998, e integrantes da Carreira Policial Civil dos extintos Territórios Federais do Acre, Amapá, Rondônia e Roraima de que trata a Lei nº 11.358, de 19 de outubro de 2006, a criação de cargos de Defensor Público da União, a criação de cargos de Analista de Planejamento e Orçamento, e sobre o Sistema de Desenvolvimento na Carreira - SIDEC, e dá outras providências	15.10.08	Lei 11.890/08
		Emendas do Senado Federal	2.12.08	

<p>MPV 441/08 PLV 28/08</p>	<p>Poder Executivo</p>	<p>Dispõe sobre a reestruturação da composição remuneratória das Carreiras de Oficial de Chancelaria e de Assistente de Chancelaria, de que trata o art. 2º da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, da Carreira de Tecnologia Militar, de que trata a Lei nº 9.657, de 3 de junho de 1998, dos cargos do Grupo Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo - Grupo DACTA, de que trata a Lei nº 10.551, de 13 de novembro de 2002, dos empregos públicos do Quadro de Pessoal do Hospital das Forças Armadas - HFA, de que trata a Lei nº 10.225, de 15 de maio de 2001, da Carreira de Supervisor Médico-Pericial, de que trata a Lei nº 9.620, de 2 de abril de 1998, das Carreiras da Área de Ciência e Tecnologia, de que trata a Lei nº 8.691, de 28 de julho de 1993, do Plano de Carreiras de Cargos da FIOCRUZ, de que trata a Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, das Carreiras e do Plano Especial de Cargos do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT, de que trata a Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005, da Carreira da Seguridade Social e do Trabalho, de que trata a Lei nº 10.483, de 3 de julho de 2002, da Carreira Previdenciária, de que trata a Lei nº 10.355, de 26 de dezembro de 2001, dos Policiais e Bombeiros Militares dos Ex-Territórios Federais e do antigo Distrito Federal, de que trata a Lei nº 10.486, de 4 de julho de 2002, do Plano Especial de Cargos da SUFRAMA, de que trata a Lei nº 11.356, de 19 de outubro de 2006, do Plano Especial de Cargos da EMBRATUR, de que trata a Lei nº 11.356, de 19 de outubro de 2006, do Plano de Classificação de Cargos, de que trata a Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo, de que trata a Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, do Quadro de Pessoal da Imprensa Nacional, de que trata a Lei nº 11.090, de 7 de janeiro de 2005, da Gratificação de Incremento à Atividade de Administração do Patrimônio da União – GIAPU, de que trata a Lei nº 11.095, de 13 de janeiro de 2005, das Carreiras da área de Meio Ambiente, de que trata a Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002, do Plano Especial de Cargos do Ministério do Meio Ambiente e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, de que trata a Lei nº 11.357, de 2006,</p>	<p>15.10.08</p>	<p>A matéria vai à sanção</p>
---	----------------------------	--	-----------------	-------------------------------

das Carreiras e do Plano Especial de Cargos do FNDE, de que trata a Lei nº 11.357, de 2006, das Carreiras e do Plano Especial de Cargos do INEP, de que trata a Lei nº 11.357, de 2006, dos Juizes do Tribunal Marítimo, de que trata a Lei nº 11.319, de 6 de julho de 2006, do Quadro de Pessoal da Fundação Nacional do Índio - FUNAI, do Plano de Carreiras e Cargos do INMETRO, de que trata a Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, do Plano de Carreiras e Cargos do IBGE, de que trata a Lei nº 11.355, de 2006, do Plano de Carreiras e Cargos do INPI, de que trata Lei nº 11.355, de 2006, da Carreira do Seguro Social, de que trata a Lei nº 10.855, de 1ª de abril de 2004, das Carreiras e do Plano Especial de Cargos do DNPM, de que trata a Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004, do Quadro de Pessoal da AGU, de que trata a Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, da Gratificação de Desempenho de Atividade dos Fiscais Federais Agropecuários - GDFFA, de que trata a Lei nº 10.883, de 16 de junho de 2004, da Gratificação de Desempenho de Atividade Técnica de Fiscalização Agropecuária - GDATA, de que trata a Lei nº 10.484, de 3 julho de 2002, da Gratificação de Desempenho de Atividade de Perito Federal Agrário - GDAPA, de que trata a Lei nº 10.550, de 13 de novembro de 2002, da Gratificação de Desempenho de Atividade de Reforma Agrária - GDARA, de que trata a Lei nº 11.090, de 7 de janeiro de 2005, da Gratificação de Desempenho da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho – GDPST, de que trata a Lei nº 11.355, de 2006, das Carreiras e Planos Especiais de Cargos das Agências Reguladoras, de que tratam as Leis nºs 10.768, de 19 de novembro de 2003, 10.871, de 20 de maio de 2004, 10.882, de 9 de junho de 2004, e 11.357, de 2006, da Gratificação Temporária das Unidades Gestoras dos Sistemas Estruturadores da Administração Pública Federal – GSISTE,

		de que trata a Lei nº 11.356, de 2006, sobre a instituição da Gratificação Específica de Produção de Radioisótopos e Radiofármacos – GEPR, da Gratificação Específica, da Gratificação do Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática - GSISP, da Gratificação Temporária de Atividade em Escola de Governo - GAEG e do Adicional de Plantão Hospitalar, dispõe sobre a remuneração dos beneficiados pela Lei nº 8.878, de 11 de maio de 1994, dispõe sobre a estruturação da Carreira de Médico Perito Previdenciário, no âmbito do Quadro de Pessoal do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, do Plano de Carreiras e Cargos do Instituto Evandro Chagas e do Centro Nacional de Primatas e do Plano Especial de Cargos do Ministério da Fazenda, reestrutura a Carreira de Agente Penitenciário Federal, de que trata a Lei nº 10.693, de 25 de junho de 2003, e dá outras providências.		
		Emendas do Senado Federal	8.12.08	
MPV 442/08 PLV 29/08	Poder Executivo	Dispõe sobre operações de desconto pelo Banco Central do Brasil e autoriza a emissão da Letra de Arrendamento Mercantil - LAM, e dá outras providências.	28.10.08	A matéria foi enviada ao Senado Federal
MPV 443/08	Poder Executivo	Autoriza o Banco do Brasil S.A. e a Caixa Econômica Federal a constituírem subsidiárias e a adquirirem participação em instituições financeiras sediadas no Brasil, e dá outras providências	12.11.08	A matéria foi enviada ao Senado Federal
MPV 444/08	Poder Executivo	Autoriza o Poder Executivo a doar estoques públicos de alimentos à República de Cuba, à República do Haiti, à República de Honduras e à Jamaica.	18.11.08	Lei 11.881/08
MP 445/08 PLV 31/08	Poder Executivo	Dispõe sobre a dispensa de recolhimento de parte dos dividendos e juros sobre capital próprio pela Caixa Econômica Federal	3.12.08	A matéria foi enviada ao Senado Federal
MP 448/08 PLV 32/08	Poder Executivo	Abre crédito extraordinário, em favor da Presidência da República e dos Ministérios da Saúde, dos Transportes, da Defesa e da Integração Nacional, no valor global de R\$ 1.600.000.000,00, para os fins que especifica.	16.12.08	A matéria vai ao Senado Federal
PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR				
Proposição	Autor	Ementa/Assunto	Apreciação na Câmara	Situação

PLP 132/07	Poder Executivo	Dá nova redação ao § 3º do art. 23 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências (Restringe a aplicação de sanções institucionais pelo descumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal somente aos Poderes e órgãos que de fato não estejam observando os limites máximos da despesa com pessoal)	28.5.08	A matéria foi enviada ao Senado Federal
PLP 177/04	Senado Federal	Dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo.	13.8.08	A matéria retorna ao Senado Federal
PLP 2/07	Antonio Carlos Mendes Thame	Acrescentem-se os incisos XXII e XXVIII ao § 1º do art. 17, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Emendas do Senado	13.8.08 10.12.08	A matéria vai à sanção
PLP 182/04	José Carlos Aleluia	Acrescenta parágrafo ao art. 13 da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, para excluir da base de cálculo do ICMS o montante da parcela de consumo de energia elétrica custeado com recursos da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE.	13.8.08	A matéria foi enviada ao Senado Federal
PLP 375/06	Poder Executivo	Dispõe sobre a composição do Conselho de Administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus, e dá outras providências.	20.8.08	A matéria foi enviada ao Senado Federal
PLP 144/07	Luciana Genro	Altera a Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, de modo a definir o local onde será devido o ISS nas prestações de serviços de agenciamento, corretagem e intermediação de seguros.	20.8.08	A matéria foi enviada ao Senado Federal
PLP 183/01	Paulo Gouvêa	Altera a lista de serviços anexa do Decreto - Lei nº 406, de 31 de dezembro de 1968, com a redação dada pela Lei Complementar nº 56, de 15 de dezembro de 1987. NOVA EMENTA DO SUBSTITUTIVO DO SENADO: Altera a Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, que dispõe sobre o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, e dá outras providências". Explicação: Estabelecendo que a confecção de impressos gráficos somente estará sujeita à incidência do ICMS quando se destinar a posterior operação de comercialização ou industrialização, ainda que incorporado à outra mercadoria que deva ser objeto de circulação.	9.12.08	A matéria vai à sanção

PLP 184/04	Poder Executivo	Institui, na forma do art. 43 da Constituição, a Superintendência do Desenvolvimento Sustentável do Centro-Oeste - SUDECO e dá outras providências.	10.12.08	A matéria vai à sanção
PROJETOS DE LEI				
Proposição	Autor	Ementa/Assunto	Apreciação na Câmara	Situação
PL 1.990/07	Poder Executivo	Dispõe sobre o reconhecimento formal das centrais sindicais para os fins que especifica, altera a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências (Emendas do Senado Federal).	11.3.08	Lei 11.648/08
PL 2.105/07	Poder Executivo	Institui o Regime de Tributação Unificada - RTU na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai. Emendas do Senado	13.3.08 11.12.08	A matéria vai à sanção
PL 1.650/07	Poder Executivo	Dispõe sobre a apuração do imposto de renda na fonte incidente sobre rendimentos de prestação de serviços de transporte rodoviário internacional de carga, auferidos por transportador autônomo pessoa física, residente na República do Paraguai, considerado como sociedade unipessoal nesse País". Explicação: Aplica dispositivos do inciso I do art. 9º da Lei nº 7.713, de 1988.	7.5.08	Lei 11.773/08
PL 2.300/07	Poder Executivo	Acresce e altera dispositivos da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, cria a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, cria cargos em comissão, e dá outras providências". Explicação: Atribui ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão a governança corporativa das empresas estatais federais.	7.5.08	Lei 11.754/08
PL 3.127/08	Poder Executivo	Cria cargos efetivos, cargos em comissão e funções gratificadas no âmbito do Ministério da Educação destinados a instituições federais de educação profissional e tecnológica	13.5.08	Lei 11.740/08
PL 7.198/02	Senado Federal	Concede anistia "post mortem" a João Cândido Felisberto, líder da chamada Revolta da Chibata, e aos demais participantes do movimento	13.5.08	Lei 11.756/08

PL 4.203/01	Poder Executivo	Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, relativos ao Tribunal do Júri, e dá outras providências". Explicação: Estabelece critérios para a organização do Tribunal do Júri quanto a sua função, convocação e sorteio dos jurados, visando a formação do Conselho de Sentença; dispõe sobre acusação, instrução e preparação do processo para julgamento em Plenário	14.5.08	Lei 11.689/08
PL 4.025/04	Senado Federal	Acrescenta parágrafo ao art. 158 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para tipificar o chamado "seqüestro relâmpago	14.5.08	A matéria retorna ao Senado Federal
PL 1.288/07	Senado Federal	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal, para prever a utilização de equipamento de rastreamento eletrônico pelo condenado nos casos em que especifica	14.5.08	A matéria retorna ao Senado Federal
PL 7.226/06	Senado Federal	Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, Código de Processo Penal, para prever a indisponibilidade de bens do indiciado ou acusado e a necessidade de comparecimento pessoal em juízo para a apresentação de pedido de restituição ou disponibilidade	14.5.08	A matéria retorna ao Senado Federal
PL 4.205/01	Poder Executivo	Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, relativos à Prova, e dá outras providências". Explicação: Define e proíbe a produção de provas por meios ilícitos, inclui a prova ilícita por derivação; esclarece sobre as provas antecipadas, pericial e testemunhal.	14.5.08	Lei 11.690/08
PL 7.024/06	Alberto Fraga	Acrescenta o art. 354-A ao Código Penal, Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, e dá outras providências". (Apensados: PL 7030/2006 (Apensado: PL 7244/2006 (Apensado: PL 7620/2006)), PL 7138/2006 e PL 7623/2006) Explicação: Tipifica como crime o ingresso de aparelho de comunicação no interior de estabelecimento penitenciário ou similar, incluindo o telefone celular.	14.5.08	A matéria foi enviada ao Senado Federal
PL 938/07	Márcio França	Altera o Decreto-Lei nº. 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal - para estabelecer a obrigatoriedade de consideração dos antecedentes infracionais do agente, quando da fixação da pena-base, disciplinada no art. 59 do Código Penal".	14.5.08	A matéria foi enviada ao Senado Federal

PL 4.850/05	Senado Federal	Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, em especial do seu Título VI"	14.5.08	A matéria retorna ao Senado Federal
PL 3.248/04	TJDF	Dispõe sobre a Organização Judiciária do Distrito Federal e Territórios. NOVA EMENTA DA REDAÇÃO FINAL: Dispõe sobre a organização judiciária do Distrito Federal e Territórios e revoga as Leis nºs 6.750, de 10 de dezembro de 1979, 8.185, de 14 de maio de 1991, 8.407, de 10 de janeiro de 1992, e 10.801, de 10 de dezembro de 2003". Explicação: Implanta novas circunscrições e varas judiciárias; cria o Instituto de Formação, Desenvolvimento Profissional e Pesquisa (Escola de Administração Judiciária do Distrito Federal e Territórios), a Ouvidoria-Geral e o Programa de Modernização e Aperfeiçoamento da Justiça do Distrito Federal - PROJUS.	20.5.08	Lei 11.697/08
PL 6.350/02	Tilden Santiago	Define a Guarda Compartilhada. NOVA EMENTA DA REDAÇÃO FINAL: Dispõe sobre a guarda compartilhada.	20.5.08	Lei 11.698/08
PL 2.579/07	Senado Federal	Altera dispositivos da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995 - Lei dos Partidos Políticos, e da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil, para dispor sobre a responsabilidade civil e a execução de dívidas de Partidos Políticos	20.5.08	Lei 11.694/08
PL 4.915/05	Marcelo Barbieri	Dispõe sobre o crime de violação de direitos e de prerrogativas do advogado	20.5.08	A matéria foi enviada ao Senado Federal
PL 3.051/89	Antônio Carlos Mendes Thame	Dispõe sobre as Colônias, Federações e Confederação Nacional dos Pescadores, regulamentando o parágrafo único do art. 8º da Constituição Federal"". Explicação: Definindo normas de criação, organização e competência das colônias de pescadores. Regulamentando o disposto no parágrafo único do artigo oitavo da Constituição Federal de 1988.	20.5.08	Lei 11.699/08
PL 1.153/95	Sérgio Arouca	Regulamenta o inciso VII, do parágrafo 1º do artigo 225, da Constituição Federal, que estabelece procedimentos para o uso científico de animais, e dá outras providências (dispondo sobre a utilização de cobaia)	20.5.08	Lei 11.794/08

PL 2.468/07	Poder Executivo	Autoriza a criação da empresa pública Centro de Excelência em Tecnologia Eletrônica Avançada S.A. - CEITEC". Explicação: Com a finalidade de explorar diretamente atividades no âmbito das tecnologias de semicondutores, sistemas de circuitos integrados e produtos de microeletrônica	27.5.08	Lei 11.759/08
PL 3.491/93	Senado Federal	Dispõe sobre o exercício da profissão de oceanógrafo e dá outras providências (pertencendo ao meio marinho, além dos oceanos, os ambientes transicionais como estuário, delta, mangue, laguna, lagoa, costeira e baía.)	29.5.08	Lei 11.760/08
PL 4.207/01	Poder Executivo	Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, relativos à suspensão do processo, emendatio libelli, mutatio libelli e aos procedimentos (garante o contraditório na "Emendatio Libelli"; estabelece nova sistemática para a "Mutatio Libelli", exige exata correlação entre acusação e sentença; altera as formas procedimentais; o procedimento ordinário, para os crimes com pena igual ou superior a quatro anos; procedimento sumário, para os crimes com pena inferior a quatro anos; estabelece a competência privativa do Ministério Público para o exercício da ação penal pública)	29.5.08	Lei 11.719/08
PL 4.208/01	Poder Executivo	Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, relativos à prisão, medidas cautelares e liberdade, e dá outras providências	25.6.08	A matéria foi enviada ao Senado Federal
PL 7.568/06	Comissão de Educação e Cultura	Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências.	25.6.08	A matéria foi enviada ao Senado Federal
PL 3.118/08	Poder Executivo	Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico, e dá outras providências.	25.6.08	Lei 11.771/08
		Emendas do Senado	13.8.08	

PL 3.452/08	Poder Executivo	Dispõe sobre a criação da Carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais, sobre a criação de cargos de Analista Técnico e de Agente Executivo da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, sobre a transformação de cargos na Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, altera o Anexo I da Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004, para adaptar os quantitativos de cargos da ANVISA, a Lei nº 11.539, de 8 de novembro de 2007, que dispõe sobre a Carreira de Analista de Infra-Estrutura e sobre o cargo isolado de provimento efetivo de Especialista em Infra-Estrutura Sênior, e altera a Lei nº 11.526, de 4 de outubro de 2007, para prever a fórmula de pagamento de cargo em comissão ocupado por militar.	12.8.08	A matéria foi enviada ao Senado Federal
PL 4.622/04	Pompeo de Mattos	Altera a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, para fixação do conceito da modalidade operacional das cooperativas de trabalho	13.8.08	A matéria foi enviada ao Senado Federal
PL 3.721/08	Poder Executivo	Dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, no exercício de 2008, com o objetivo de fomentar as exportações do País	13.8.08	Lei 11.793/08
PL 2.513/07	Senado Federal	Cria o Programa Empresa Cidadã, destinado à prorrogação da licença-maternidade mediante concessão de incentivo fiscal, e altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991	13.8.08	Lei 11.770/08
PL 2.419/07	Senado Federal	Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; revoga as Leis nºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências	13.8.08	Lei 11.788/08
PL 370/07	Luiz Couto	Dispõe sobre o crime de extermínio de seres humanos, e dá outras providências.	20.8.08	A matéria foi enviada ao Senado Federal
PL 706/07	Magela	Altera o caput do art. 65 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, dispõe sobre a proibição de comercialização de tintas spray para menores de 18 anos e dá outras providências.	20.8.08	A matéria foi enviada ao Senado Federal

PL 931/07	Mauro Nazif	Acrescenta parágrafo ao Art. 1º do Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, para definir crimes de responsabilidade de Secretários Municipais.	20.8.08	A matéria foi enviada ao Senado Federal
PL 284/07	Superior Tribunal de Justiça	Dispõe sobre a composição e a competência do Conselho da Justiça Federal e dá outras providências.	20.8.08	Lei 11.798/08
PL 798/07	Hugo Leal	Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para estabelecer penas alternativas aplicáveis aos crimes de trânsito.	20.8.08	A matéria foi enviada ao Senado Federal
PL 6.222/05	Senado Federal	Dá nova redação ao § 2º do art. 46 e ao caput do art. 52 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, sobre adoção internacional.	20.8.08	A matéria retorna ao Senado Federal
PL 3.674/08	Poder Executivo	Cria o Fundo Soberano do Brasil - FSB, dispõe sobre sua estrutura, fontes de recursos e aplicações, e dá outras providências.	4.11.08	A matéria foi enviada ao Senado Federal
PL 3.775/08	Poder Executivo	Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.	5.11.08	A matéria foi enviada ao Senado Federal
PL 717/03	Antônio Carlos Mendes Thame	Dispõe sobre a sujeição dos produtos importados às normas de certificação de conformidade da Regulamentação Técnica Federal e dá outras providências.	5.11.08	A matéria foi enviada ao Senado Federal
PL 1.659/07	Elismar Prado	Altera o inciso VIII do art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação.	5.11.08	A matéria foi enviada ao Senado Federal
PL 3.773/08	Senado Federal	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, para aprimorar o combate à produção, venda e distribuição de pornografia infantil, bem como criminalizar a aquisição e a posse de tal material e outras condutas relacionadas à pedofilia na Internet.	11.11.08	Lei 11.829/08
PL 940/07	Procuradoria-Geral da República	Dispõe sobre a remuneração dos membros do Conselho Nacional do Ministério Público.	18.11.08	A matéria foi enviada ao Senado Federal
PL 4.322/08	Virgílio Guimarães	Denominam Otto de Lara Resende e Fernando Sabino os Viadutos que compõem o Complexo do Anel Rodoviário de Belo Horizonte, localizados no Km 312,8 da BR-262	20.11.08	A matéria foi enviada ao Senado Federal
PL 73/99	Nice Lobão	Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e estaduais e dá outras providências (Reserva cinquenta por cento das vagas para serem preenchidas mediante seleção de alunos nos cursos de ensino médio - cota universitária.)	20.11.08	A matéria foi enviada ao Senado Federal

PL 4.361/08	Senado Federal	Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, para prever a possibilidade de realização de interrogatório e outros atos processuais por sistema de videoconferência, e dá outras providências".	9.12.08	A matéria vai à sanção
PL 3.653/97	Arlindo Chinaglia	Dispõe sobre as perícias oficiais e dá outras providências". (Apensado: PL 244/2007) Explicação: Estabelecendo que as perícias oficiais de interesse do Estado serão efetuadas por peritos integrantes de quadro permanente de órgão especializado.	9.12.08	A matéria vai ao Senado Federal
PL 4.206/01	Poder Executivo	Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, relativos aos recursos e ações de impugnação, e dá outras providências. Explicação: Reorganiza o sistema recursal a partir da classificação dos provimentos jurisdicionais, em sentenças, decisões interlocutórias e despacho de expediente. Dispõe sobre cabimento de agravo, da apelação, do processo e julgamento dos recursos nos Tribunais, dos embargos de declaração, do recurso especial e extraordinário e das ações de impugnação na revisão criminal e no habeas corpus. Extingue a carta testemunhável e o protesto por novo júri.	11.12.08	A matéria vai ao Senado Federal
PL 4.209/01	Poder Executivo	Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, relativos à investigação criminal, e dá outras providências. (Apensados: PL 6419/2002, PL 6205/2002 (Apensado: PL 3058/2008), PL 4284/2008, PL 4331/2008, PL 4332/2008 e PL 4379/2008) Explicação: Altera os procedimentos da investigação policial, mantendo as formas atuais, a saber: o termo circunstanciado para infração penal de menor potencial ofensivo e o inquérito policial para as demais infrações, visa agilizar e simplificar a primeira fase da "persecutio criminis". Estabelece como função essencial à polícia judiciária o registro e a investigação da infração penal pública.	11.12.08	A matéria vai ao Senado Federal
PL 6.673/06	Poder Executivo	Dispõe sobre a movimentação, estocagem e comercialização de gás natural, altera e acresce dispositivos à Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e dá outras providências". Explicação: Projeto chamado de "Lei do Gás".	11.12.08	A matéria vai à sanção

PL 3.951/08	Poder Executivo	Cria o Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM, cria quatrocentos e vinte e cinco cargos efetivos do Plano Especial de Cargos da Cultura, cria Cargos em Comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e Funções Gratificadas, no âmbito do Poder Executivo Federal, e dá outras providências.	11.12.08	A Matéria vai ao Senado Federal
PL 2.084/91	Augusto Carvalho	Dispõe sobre a profissão de Bombeiro Civil e dá outras providências". Explicação: Regulamentando a profissão de Bombeiro Civil (Brigadista).	17.12.08	A matéria vai à sanção
PL 3.937/04	Carlos Eduardo Cadoca	Altera a Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, que transforma o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) em Autarquia, dispõe sobre a prevenção e a repressão às infrações contra a ordem econômica e dá outras providências"". Explicação: Inclui várias práticas comerciais como infração à ordem econômica; altera critérios para notificação sobre ato de concentração e para a instrução e apreciação do processo por parte da SEAE, SDE e CADE, órgãos do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência - SBDC.	17.12.08	A Matéria vai ao Senado Federal

MENSAGENS/PROJETOS DE DECRETO LEGISLATIVO

Proposição	Autor	Ementa/Assunto	Apreciação na Câmara	Situação
Mensagem 711/07 PDC 563/08	Poder Executivo	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007	1º turno -13.5.08 2º turno – 28.5.08	Decreto Legislativo 286/08
PDC 94/95	CREDN	Aprova o texto da Convenção Interamericana sobre o Desaparecimento Forçado de Pessoas, concluída em Belém do Pará, em 9 de junho de 1994.	15.5.08	A matéria foi enviada ao Senado Federal
PDC 2.217/06	CREDN	Aprova o texto do Acordo de Cooperação em Matéria de Comunicação entre a República Federativa do Brasil e a República Oriental do Uruguai, celebrado em Brasília, em 1º de abril de 2005	15.5.08	A matéria foi enviada ao Senado Federal
PDC 2.368/06	CREDN	Aprova o texto do Acordo de Comércio Preferencial entre o Mercosul e a República da Índia e Anexos, celebrado em Nova Delhi, em 25 de janeiro de 2004 e 19 de março de 2005	15.5.08	Decreto Legislativo 221/08
PDC 2.369/06	CREDN	Aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Botsuana, assinado em Brasília, em 26 de julho de 2005	15.5.08	Decreto Legislativo 222/08

PDC 2.371/06	CREDN	Aprova o texto do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiné Equatorial, assinado em Brasília, em 24 de agosto de 2005	15.5.08	Decreto Legislativo 223/08
PDC 2.372/06	CREDN	Aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Benin, assinado em Brasília, em 11 de agosto de 2005	15.5.08	Decreto Legislativo 277/08
PDC 2.374/06	CREDN	Aprova o texto do Acordo para a Criação do "Visto Mercosul", aprovado pela Decisão CMC 16/03, emanada da XXV Reunião do Conselho do Mercado Comum, realizada em Montevideu, em 16 de dezembro de 2003	15.5.08	Decreto Legislativo 346/08
PDC 2.385/06	CREDN	Aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Belize, assinado em Brasília, em 7 de junho de 2005	15.5.08	Decreto Legislativo 224/08
PDC 2.476/06	CREDN	Aprova o texto do Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina, na Área de Tecnologia Militar, celebrado na cidade de Puerto Iguazu, em 30 de novembro de 2005	15.5.08	Decreto Legislativo 225/08
PDC 2.527/06	CREDN	Aprova o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Colômbia sobre Cooperação Policial, assinado em Bogotá, em 14 de dezembro de 2005	15.5.08	Decreto Legislativo 226/08
PDC 2.533/06	CREDN	Aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina para Concessão de Permanência a Detentores de Vistos Temporários ou a Turistas, celebrado em Puerto Iguazú, em 30 de novembro de 2005	15.5.08	Decreto Legislativo 227/08
PDC 2.537/06	CREDN	Aprova o texto do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana, assinado em São Domingos, em 06 de fevereiro de 2006	15.5.08	Decreto Legislativo 228/08
PDC 2.539/06	CREDN	Aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Nigéria, celebrado em Brasília, em 6 de setembro de 2005	15.5.08	Decreto Legislativo 254/08

PDC 21/07	CREDN	Aprova o texto do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Unida da Tanzânia, celebrado em Brasília, em 15 de maio de 2006	15.5.08	Decreto Legislativo 255/08
PDC 30/07	CREDN	Aprova o texto do Acordo-Quadro entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia sobre a Cooperação nos Usos Pacíficos do Espaço Exterior, celebrado em Nova Delhi, no dia 25 de janeiro de 2004	15.5.08	Decreto Legislativo 256/08
PDC 32/07	CREDN	Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai para a Construção de uma Segunda Ponte Internacional sobre o Rio Paraná, assinado em Montevidéu, em 8 de dezembro de 2005	15.5.08	Decreto Legislativo 257/08
PDC 33/07	CREDN	Aprova o texto do Acordo de Cooperação Mútua entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia para Combater o Tráfego de Aeronaves Envolvidas com Atividades Ilícitas Transnacionais, assinado em La Paz, em 9 de dezembro de 2005	15.5.08	Decreto Legislativo 258/08
PDC 37/07	CREDN	Aprova o texto do Acordo Trilateral entre o Governo da República Federativa do Brasil, o Governo da República da África do Sul e o Governo da República da Índia sobre Navegação Mercante e outros assuntos relacionados ao transporte marítimo, celebrado em Brasília, em 13 de setembro de 2006	15.5.08	Decreto Legislativo 278/08
PDC 40/07	CREDN	Aprova o texto do Acordo de Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Índia, celebrado em Brasília, em 12 de setembro de 2006	15.5.08	Decreto Legislativo 259/08
PDC 52/07	CREDN	Aprova o texto do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Nicarágua, assinado em Manágua, em 2 de fevereiro de 2006	15.5.08	Decreto Legislativo 260/08
PDC 57/07	CREDN	Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Região Administrativa Especial de Hong Kong da República Popular da China sobre Isenção Parcial de Vistos celebrado em Brasília, em 20 de outubro de 2005	15.5.08	Decreto Legislativo 261/08

PDC 58/07	CREDN	Aprova o texto do Mecanismo para o Exercício Profissional Temporário, aprovado pela Decisão CMC 25/03, emanada da XXV Reunião de Cúpula do Mercosul, realizada em Montevidéu, em 15 de dezembro de 2003	15.5.08	Decreto Legislativo 347/08
PDC 62/07	CREDN	Aprova o texto do Protocolo de Emenda ao Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio - TRIPS - da Organização Mundial do Comércio, adotado pelo Conselho-Geral daquela Organização, em 6 de dezembro de 2005	15.5.08	Decreto Legislativo 262/08
PDC 63/07	CREDN	Aprova o texto do Memorando de Entendimento sobre Cooperação Trilateral em Agricultura e Áreas Afins entre os Governos da República Federativa do Brasil, da República da África do Sul e da República da Índia no âmbito do Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (IBAS), assinado em Brasília, em 13 de setembro de 2006, durante a I Cúpula do IBAS	15.5.08	Decreto Legislativo 263/08
PDC 131/07	CREDN	Aprova o texto do Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e a República Argentina Relativo à Cooperação entre suas Autoridades de Defesa da Concorrência na Aplicação de suas Leis de Concorrência, celebrado em Buenos Aires, em 16 de outubro de 2003	15.5.08	Decreto Legislativo 264/08
PDC 320/07	CREDN	Aprova o texto do Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai para o Desenvolvimento Sustentável e a Gestão Integrada da Bacia Hidrográfica do Rio Apa, celebrado em Brasília, em 11 de setembro de 2006	15.5.08	A matéria foi enviada ao Senado Federal
PDC 356/07	CREDN	Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia para a Construção de uma Ponte sobre o Rio Mamoré entre as cidades de Guajará-Mirim e Guayaramerín, celebrado em Brasília, em 14 de fevereiro de 2007	15.5.08	Decreto Legislativo 274/08
PDC 382/07	CREDN	Aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a União Africana, assinado em Brasília, em 28 de fevereiro de 2007	15.5.08	Decreto Legislativo 275/08

PDC 2.631/07	CREDN	Aprova o texto do Acordo sobre Cooperação no Domínio da Defesa entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiné-Bissau, assinado em Brasília, em 6 de junho de 2006	15.5.08	Decreto Legislativo 220/08
PDC 311/99	CREDN	Aprova os textos emanados do XXI Congresso da UPU, que são os seguintes: Quinot Protocolo Adicional à Constituição da União Postal Universal (UPU); Regulamento Geral da União; Convenção Postal Universal e seu Protocolo Final; Acordo referente às Encomendas Postais Internacionais e seu Protocolo Final; Acordo referente aos Vales Postais e Acordo referente aos Objetos Contra-Reembolso, concluídos em Seul, em 14 de setembro de 1994	21.5.08	Decreto Legislativo 265/08
PDC 926/03	CREDN	Aprova o texto do Acordo sobre Cooperação Judiciária em Matéria Civil entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República Libanesa, celebrado em Brasília, em 04 de outubro de 2002	21.5.08	Decreto Legislativo 266/08
PDC 990/03	CREDN	aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Centro Regional de Educação em Ciência e Tecnologia Espaciais para a América Latina e o Caribe sobre a Operação do Centro no Brasil, celebrado em Brasília, no dia 12 de setembro de 2000	21.5.08	Decreto Legislativo 267/08
PDC 1.022/03	CREDN	Aprova o texto do Tratado de Extradicação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Libanesa, celebrado em Beirute, em 4 de outubro de 2002	21.5.08	Decreto Legislativo 348/08
PDC 1.325/04	CREDN	aprova o texto dos Atos do XVIII Congresso da União Postal das Américas, Espanha e Portugal - UPAEP, celebrados no Panamá em setembro de 2000, a seguir relacionados: Constituição da União Postal das Américas, Espanha e Portugal - UPAEP e Regulamento Geral da UPAEP	21.5.08	Decreto Legislativo 268/08
PDC 1.547/04	CREDN	Aprova o texto da Convenção nº 102 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), relativa à fixação de normas mínimas de seguridade social, adotada em Genebra em 28 de junho de 1952	21.5.08	Decreto Legislativo 269/08
PDC 2.239/06	CREDN	Aprova o texto do Acordo de Cooperação em Matéria Sanitária Veterinária entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argelina Democrática e Popular, celebrado em Brasília, em 12 de maio de 2005	21.5.08	Decreto Legislativo 270/08

PDC 2.370/06	CREDN	Aprova o texto da Adoção de Emendas à Convenção Internacional sobre Normas de Treinamento de Marítimos, Emissão de Certificados e Serviço de Quarto, 1978	21.5.08	Decreto Legislativo 271/08
PDC 517/08	CREDN	Aprova o texto do Acordo de Sede entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Liga dos Estados Árabes para a Instalação da Delegação Permanente da Liga dos Estados Árabes em Brasília, celebrado no Cairo, em 23 de abril de 2007	21.5.08	Decreto Legislativo 276/08
PDC 2.146/06	CREDN	Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre o Estatuto de Instituições Culturais e seus Técnicos Enviados, celebrado em Berlim, em 1º de junho de 2005.	5.6.08	Decreto Legislativo 349/08
PDC 2.253/06	CREDN	Aprova o texto do Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional sobre Direitos Cíveis e Políticos, adotado em Nova Iorque, em 16 de dezembro de 1966, e do Segundo Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional sobre Direitos Cíveis e Políticos, com vistas à Abolição da Pena de Morte, adotado e proclamado pela Resolução nº 44/128, de 15 de dezembro de 1989, com a reserva expressa no art. 2º.	5.6.08	A matéria foi enviada ao Senado Federal
PDC 2.380/06	CREDN	Aprova o texto do Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Nigéria sobre o Combate à Produção Ilícita, Consumo e Tráfico de Drogas e Substâncias Psicotrópicas e Lavagem de Dinheiro, assinado em Brasília, em 6 de setembro de 2005.	5.6.08	Decreto Legislativo 279/08
PDC 2.377/06	CREDN	Aprova o texto do Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argelina Democrática e Popular no Campo de Proteção dos Vegetais e da Quarentena Vegetal, celebrado em Brasília, em 12 de maio de 2005.	5.6.08	Decreto Legislativo 280/08
PDC 2.386/06	CREDN	Aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e do Governo de Barbados, celebrado em Bridgetown, em 17 de maio de 2005.	5.6.08	Decreto Legislativo 281/08
PDC 2.388/06	CREDN	Aprova o texto do Acordo de Cooperação na Área de Educação Superior, Pesquisa e Tecnologia entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Tunísia, celebrado em Brasília, em 16 de janeiro de 2006.	5.6.08	Decreto Legislativo 282/08

PDC 2.524/06	CREDN	Aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa sobre Cooperação no Domínio da Defesa, celebrado na cidade do Porto, em 13 de outubro de 2005.	5.6.08	Decreto Legislativo 272/08
PDC 2.525/06	CREDN	Aprova o texto do Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique sobre o Combate à Produção, ao Consumo e ao Tráfico Ilícitos de Entorpecentes, Substâncias Psicotrópicas e sobre o Combate às Atividades de Lavagem de Ativos e Outras Transações Financeiras Fraudulentas, assinado em Brasília, em 31 de agosto de 2004.	5.6.08	Decreto Legislativo 273/08
PDC 2.526/06	CREDN	Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Coreia sobre Cooperação no Domínio da Defesa, celebrado em Brasília, em 31 de março de 2006.	5.6.08	Decreto Legislativo 283/08
PDC 2.529/06	CREDN	Aprova o texto do Acordo-Quadro entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru sobre a Cooperação nos Usos Pacíficos do Espaço Exterior, assinado em Lima, em 17 de fevereiro de 2006.	5.6.08	Decreto Legislativo 284/08
PDC 2.531/06	CREDN	Aprova o texto dos Atos da União Postal Universal - UPU, concluídos em Beijing, em 15 de setembro de 1999, a seguir relacionados: Sexto Protocolo Adicional à Constituição da União Postal Universal, Regulamento Geral da União Postal Universal, Convenção Postal Universal e Protocolo Final e Acordo Referente aos Serviços de Pagamento do Correio.	5.6.08	Decreto Legislativo 285/08
PDC 2.534/06	CREDN	Aprova o texto do Acordo de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República da Guatemala para a Prevenção e o Combate ao Tráfico Ilícito de Migrantes, assinado em Brasília, em 20 de agosto de 2004.	5.6.08	Decreto Legislativo 286/08
PDC 2.541/06	CREDN	Aprova o texto do Acordo de Cooperação no Domínio do Turismo entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, celebrado em Salvador, em 29 de outubro de 2005.	5.6.08	Decreto Legislativo 287/08
PDC 2.546/06	CREDN	Aprova o texto do Acordo para Conservação de Albatrozes e Petréis". Explicação: Proteção de albatroz e petrel.	5.6.08	Decreto Legislativo 187/08

PDC 38/07	CREDN	Aprova os textos da Resolução sobre a Revisão dos Estatutos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e dos Estatutos Revisados, celebrados em Bissau, em 17 de julho de 2006, durante a VI Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP.	5.6.08	Decreto Legislativo 288/08
PDC 60/07	CREDN	Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre Cooperação Financeira (2000/2001), celebrado em Brasília, em 27 de novembro de 2003.	5.6.08	Decreto Legislativo 289/08
PDC 66/07	CREDN	Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte para Evitar a Dupla Tributação dos Lucros Decorrentes do Transporte Marítimo e Aéreo, celebrado em Brasília, em 27 de julho de 2005.	5.6.08	Decreto Legislativo 188/08
PDC 202/07	CREDN	Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado de Israel sobre Cooperação nos Campos da Saúde e de Medicamentos, celebrado em Jerusalém, em 19 de junho de 2006.	5.6.08	A matéria foi enviada ao Senado Federal
PDC 2.629/07	CREDN	Aprova o texto do Acordo de Cooperação Econômica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Hungria, celebrado em Brasília, em 5 de maio de 2006.	5.6.08	Decreto Legislativo 290/08
PDC 2.630/07	CREDN	Aprova o texto do Acordo para a Proteção de Informação Classificada entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, assinado na cidade do Porto, em 13 de outubro de 2005.	5.6.08	Decreto Legislativo 291/08
PDC 515/08	CREDN	Aprova o texto da Exposição de Motivos dos Senhores Ministros de Estado da Defesa e das Relações Exteriores, relativa ao aumento do efetivo do contingente brasileiro na Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH)".	19.6.08	Decreto Legislativo 189/08
PDC 55/07	CREDN	Aprova o texto do Acordo, por troca de Notas, sobre Supressão de Vistos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Lituânia, assinado em Brasília, em 4 de novembro de 2002.	25.6.08	Decreto Legislativo 253/08
PDC 518/08	CREDN	Aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha sobre reconhecimento recíproco de carteiras de habilitação, assinado em Madri, em 17 de setembro de 2007	13.8.08	Decreto Legislativo 350/08

PDC 2.376/06	CREDN	Aprova o texto da Convenção Internacional sobre Salvamento Marítimo, celebrada em Londres, em 28 de abril de 1989.	30.10.08	A matéria foi enviado ao Senado Federal
PDC 2.544/06	CREDN	Aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Barbados, assinado em Bridgetown, em 21 de novembro de 2004.	30.10.08	A matéria foi enviado ao Senado Federal
PDC 9/07	CREDN	Aprova o texto da Convenção de Extradução entre os Estados Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, assinada na Cidade de Praia, em 23 de novembro de 2005.	30.10.08	A matéria foi enviado ao Senado Federal
PDC 19/07	CREDN	Aprova o texto do Primeiro Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica assinado entre os Governos da República Argentina, da República Federativa do Brasil, da República do Paraguai e da República Oriental do Uruguai - Estados Partes do Mercosul e os Governos da República da Colômbia, da República do Equador e da República Bolivariana da Venezuela - Países Membros da Comunidade Andina, celebrado em Montevideú, em 18 de outubro de 2004.	30.10.08	A matéria foi enviado ao Senado Federal
PDC 26/07	CREDN	Aprova o texto do Acordo sobre Cooperação no Domínio da Defesa entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guatemala, assinado em Brasília, em 13 de março de 2006.	30.10.08	A matéria foi enviado ao Senado Federal
PDC 51/07	CREDN	Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Árabe Síria sobre Cooperação Técnica e Procedimentos Sanitários e Fitossanitários, celebrado em Damasco, em 3 de dezembro de 2003.	30.10.08	A matéria foi enviado ao Senado Federal
PDC 54/07	CREDN	Aprova o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento para a Capacitação em "Software" Livre e Aberto nos Países em Desenvolvimento, assinado em Túnis, em 16 de novembro de 2005.	30.10.08	A matéria foi enviado ao Senado Federal
PDC 59/07	CREDN	Aprova o texto do Tratado sobre Transferência de Pessoas Condenadas entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname, celebrado em Paramaribo, em 16 de fevereiro de 2005.	30.10.08	A matéria foi enviado ao Senado Federal

PDC 61/07	CREDN	Aprova o texto do Acordo para o Estabelecimento do Centro Sul, celebrado em Genebra, em 1º de setembro de 1994.	30.10.08	A matéria foi enviado ao Senado Federal
PDC 67/07	CREDN	Aprova o texto do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Islâmica do Afeganistão, assinado em Brasília, em 1º de agosto de 2006.	30.10.08	A matéria foi enviado ao Senado Federal
PDC 294/07	CREDN	Aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Granada, assinado em 24 de abril de 2006, na cidade de Saint George"s.	30.10.08	A matéria foi enviado ao Senado Federal
PDC 348/07	CREDN	Aprova o texto consolidado da Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição por Navios adotada pela Organização Marítima Internacional, em Londres, em 2 de novembro de 1973, e o seu Protocolo de 1978, com as Emendas adotadas em 4 de dezembro de 2003 a 1º de abril de 2004.	30.10.08	A matéria foi enviado ao Senado Federal
PDC 373/07	CREDN	Aprova o texto do Acordo Comercial entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argelina Democrática e Popular, celebrado em Argel, em 8 de fevereiro de 2006.	30.10.08	A matéria foi enviado ao Senado Federal
PDC 398/07	CREDN	Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai para a Construção de uma Segunda Ponte Internacional sobre o Rio Jaguarão, nas Proximidades das Cidades de Jaguarão e Rio Branco, celebrado em San Juan de Anchorena, Colônia, em 26 de fevereiro de 2007.	30.10.08	A matéria foi enviado ao Senado Federal
PDC 408/07	CREDN	Aprova o texto do Acordo de Cooperação na Área do Turismo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá, celebrado em Brasília, em 25 de maio de 2007.	30.10.08	A matéria foi enviado ao Senado Federal
PDC 410/07	CREDN	Aprova o texto do Ajuste Complementar, por Troca de Notas, ao Acordo sobre Cooperação Financeira entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Alemanha relativo ao projeto "Programa de Saúde e Saneamento Básico no Piauí", concluído em Brasília, em 06 de setembro de 2006.	30.10.08	A matéria foi enviado ao Senado Federal
PDC 660/07	CREDN	Aprova o texto do Convênio de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e a República do Chile, celebrado em Santiago, em 26 de abril de 2007.	30.10.08	A matéria foi enviado ao Senado Federal

PDC 668/08	CREDN	Aprova o texto do Convênio de Subscrição de Ações firmado com a Corporação Andina de Fomento - CAF, por meio do qual a República Federativa do Brasil subscreverá 35.378 (trinta e cinco mil, trezentos e setenta e oito) ações do capital ordinário daquela Corporação, no valor total de US\$ 466.989.600,00 (quatrocentos e sessenta e seis milhões, novecentos e oitenta e nove mil e seiscentos dólares norte-americanos), de conformidade com a inclusa Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão.	30.10.08	Decreto Legislativo 668/08
PDC 669/08	CREDN	Aprova o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique, na Área de Biocombustíveis, celebrado em Brasília, em 6 de setembro de 2007.	30.10.08	A matéria foi enviado ao Senado Federal
PDC 735/08	CREDN	Aprova o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino Unido da Suécia sobre Cooperação na Área de Bioenergia, incluindo Biocombustíveis, celebrado em Estocolmo, em 11 de setembro de 2007.	30.10.08	A matéria foi enviado ao Senado Federal
PDC 387/07	CREDN	Aprova o texto do Protocolo de Adesão da República Bolivariana da Venezuela ao MERCOSUL, assinado em Caracas, em 4 de julho de 2006, pelos Presidentes dos Estados Partes do MERCOSUL e da Venezuela.	17.12.08	A matéria vai ao Senado Federal
PDC 1.345/08	CREDN	Escolhe o nome do Senhor José Jorge de Vasconcelos Lima para o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União, nos termos do art. 73, § 2º, inciso II, da Constituição Federal.	17.12.08	Decreto Legislativo 345/2008

PROJETOS DE RESOLUÇÃO

Proposição	Autor	Ementa/Assunto	Apreciação na Câmara	Situação
PRC 97/00	José Machado	Cria o Grupo Parlamentar Brasil-Nigéria	5.6.08	Resolução nº 2, de 2008.
PRC 48/07	Sebastião Bala Rocha	Cria o Grupo Parlamentar Brasil-União Européia.	5.6.08	Resolução nº 3, de 2008
PRC 54/07	Nilson Mourão	Cria o Grupo Parlamentar Brasil / Países Árabes.	5.6.08	Resolução nº 4, de 2008.
PRC 282/06	Laura Carneiro	Dispõe sobre a criação do Grupo Parlamentar Brasil – Moçambique.	20.8.08	Resolução nº 5, de 2008.
PRC 108/07	Alex Canziani	Dispõe sobre a criação do Grupo de Cooperação e Amizade Brasil – Emirados Árabes Unidos.	30.10.08	Resolução nº 6, de 2008.
PRC 75/07	Bruno Rodrigues	Denomina “Plenário Deputado Júlio Redecker” a sala de reuniões da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados	20.11.08	Resolução nº 7, de 2008

PRC 140/08	Antônio Carlos Magalhães Neto	Denomina o Plenário nº4 da Ala de Comissões Permanentes da Câmara do Deputados de Deputado Mussa Demes	20.11.08	Resolução nº 8, de 2008
PRC 69/07	Mesa Diretora	Altera dispositivo da Resolução nº 1, de 2007, e dá outra providência". Explicação: Prorroga até o dia 30 de junho de 2008 a estrutura destinada ao Grupo de Trabalho para Consolidação da Legislação Brasileira.	10.12.08	Resolução nº 9, de 2008

• COMISSÕES GERAIS

- A mulher nos espaços de Poder e a Lei Maria da Penha no Combate à Violência – 4.3.08
- Atividades de produção e veiculação de conteúdo audiovisual, em vista da convergência tecnológica entre comunicação social eletrônica e telecomunicações, proposta pelo PL 29/07 e apensados – 23/4/08
- Jornada de Trabalho – 3/6/08
- Meio Ambiente e Amazônia – 5/6/08
- Crise do Sistema Financeiro Internacional – 21/10/08

• COMISSÕES ESPECIAIS

• Comissões Especiais em Funcionamento

- PEC 277/08 – Desvinculação das Receitas da União
- PL 3.960/08 – Criação de Cargos Banco Central e Pesca
- PEC 495/06 – Criação de novos Municípios
- PL 1627/07 – Atendimento Socioeducativo
- PL 5.186/05 – Altera a Lei 9.615/98 (Lei Pelé)
- PL 4.529/04 – Estatuto da Juventude
- PL 630/03 – Fontes Renováveis de Energia
- Combate à Pirataria
- PEC 130/07 – Foro Privilegiado
- PEC 31/07 – Reforma Tributária
- PL 1.481/07 – Redes Digitais de Informações – FUST
- PL 7.161/06 – Sistema Único de Consórcios
- Lei da Anistia
- PL 6.264/05 – Estatuto da Igualdade Racial
- PEC 511/06 – Edição de Medidas Provisórias
- PEC 98/07 – Fonogramas/Videofonogramas Musicais
- PL 1.610/96 – Exploração Recursos Terras Indígenas
- RES 29/93 – Documentos Sigilosos
- PL 694/95 – Transporte Coletivo Urbano
- PEC 22/99 – Autoriza divórcio após um ano
- PEC 549/06 – Carreiras Policiais
- PEC 471/05 – Serviços Notariais
- PEC 483/05 - Quadro de Servidores de Rondônia
- PL 20/07 – Parcelamento do solo para fins urbanos
- PEC 308/04 – Polícias Penitenciárias
- PL 3.937/04 – CADE e Defesa da Concorrência

- PL 1/07 – Salário Mínimo
- PL 6.666/06 – Lei do Gás
- PLP 1/07 – Limite de Despesa com Pessoal
- PL 7.709/07 – Licitações e Contratos
- PEC 231/95 – Jornada Máxima de Trabalho

- **Comissões Especiais encerradas**
 - PL 1.921/99 – Tarifa social de energia elétrica

- **COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO – CPI**

- **Comissão Parlamentar de Inquérito em funcionamento**
 - Escutas Telefônicas Clandestinas

- **Comissões Parlamentares de Inquérito encerradas**
 - Sistema Carcerário
 - Subnutrição de crianças indígenas

- **COMISSÕES EXTERNAS em Funcionamento**
 - Denúncia abusos sexuais adolescente em cela no Pará
 - Tragédia Climática de Santa Catarina